

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.381.598 - SP (2018/0268340-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **COMPANHIA METALÚRGICA PRADA - SUCESSORA DE**
— : **INDÚSTRIA NACIONAL DE AÇOS LAMINADOS INAL S/A -**
 : **SUCESSÃO**
ADVOGADOS : **MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO - PI002525**
 : **JUCÉLIA CORRÊA - SC020711**
 : **ADMAR GONZAGA NETO - DF010937**
 : **RAFAEL BARRETO BORNHAUSEN E OUTRO(S) - SP226799**
 : **LAURO CAVALLAZZI ZIMMER - SP226795**
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**
PROCURADORES : **FILIPPE AUGUSTO LIMA HERMANSON CARVALHO E OUTRO(S)**
 : **- SP272882**
 : **FERNANDA CRISTINA LOURENÇO ALVES MEIRA - SP309977**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
INTERES. : **WALDEMAR COSTA FILHO - ESPÓLIO**
REPR. POR : **EMILIA CARAN COSTA - INVENTARIANTE**
INTERES. : **PASCHOAL THOMEU - ESPÓLIO**
REPR. POR : **ANDREA SANTOS THOMEU - INVENTARIANTE**
INTERES. : **MARIO BERTI FILHO**

DECISÃO

Às e-STJ fls. 3111/3113, a Companhia Metalúrgica Prada - Sucessora de Indústria Nacional de Aços Laminados INAL S.A. e o Município de Mogi das Cruzes requerem a suspensão do feito por 90 (noventa) dias, com fulcro no art. 313, II, do CPC/2015, tendo em vista a negociação de acordo para encerrar o litígio.

Em atenção ao prestígio conferido pelo CPC/2015 à autocomposição como forma consensual de solução de conflitos, o pedido suspensivo merece ser acatado, ainda que o feito se ache com pedido vista e em mesa para julgamento.

No entanto, incito as partes para que busquem a composição do litígio no lapso fixado, pois, uma vez escoado o prazo assinalado, deverá ser retomado o julgamento dos embargos de declaração.

Diante do exposto, DEFIRO o pedido para determinar a retirada do processo da pauta do dia 03/12/2019 e a sua suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Intime-se o Ministério Público do Estado de São Paulo.

Considerando que o em. Ministro Napoleão Maia já estava com o seu voto-vista pronto para ser apresentado, a Coordenadoria de Processamento dos Feitos

Superior Tribunal de Justiça

de Direito Público deverá providenciar a inclusão dos autos na primeira pauta de julgamento presencial possível para a continuidade do julgamento dos embargos de declaração, caso ultimado o prazo concedido sem que as partes tenham formulado proposta de acordo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator